



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

1.1.1 Contratação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ESPECIFICAMENTE ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, EM CARÁTER EVENTUAL, ACOMPANHADOS DE MOTORISTA, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SEGURO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA CIRCULAR EM ÂMBITO MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, VICINAL E RURAL, EM VIAS PAVIMENTADAS OU NÃO, A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seu(s) apenso(s).

1.1.2 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1.2.1 A contratação será:

DIVIDIDA EM ITENS E LOTES.

A contratação de serviços de locação de veículos, especificamente ônibus e micro-ônibus, demanda uma abordagem cuidadosa em relação ao parcelamento. No caso dos **itens 61135 e 57573**, a natureza única do objeto a ser contratado justifica a não divisão da licitação. A escolha de um único fornecedor para esses serviços é essencial para assegurar a execução uniformizada e a qualidade que as atividades da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer requerem, especialmente considerando a necessidade de um transporte coeso e eficiente durante a execução de eventos e atividades institucionais.

Para os demais itens, o parcelamento se mostra como a solução padrão, permitindo que cada componente da contratação seja adquirido separadamente, respeitando a divisibilidade do objeto. Essa abordagem pode trazer benefícios como a maximização da concorrência entre fornecedores e, consequentemente, a possibilidade de obtenção de melhores preços e condições. Além disso, a licitação por item facilita a participação de empresas menores, potencializando a diversidade de ofertas e promovendo a economicidade nos serviços contratados.

1.1.2.2 A opção assinalada se encontra detalhada no Apenso I deste Termo de Referência.

1.1.3 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

NÃO SE APLICA.

1.1.4 A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA

NÃO SE APLICA.

1.2 NATUREZA DO OBJETO

1.2.1 O objeto da contratação possui:

NATUREZA COMUM, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente descritos e especificados conforme padrões de mercado.



1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 ENQUADRAMENTO, VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 A prestação do serviço será:

CONTINUADA, pois atende a demandas contínuas ou permanentes da Administração.

1.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados a partir da assinatura dos contratos, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.3 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

HAVERÁ SOMENTE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO.

1.3.3.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, no prazo máximo de cinco dias, contados da data da convocação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Patos de Minas em dispor de uma solução logística eficiente para o transporte de passageiros em eventos e atividades institucionais. Atualmente, a carência de veículos adequados compromete o cronograma de ações da pasta e restringe o acesso da população às iniciativas municipais, tornando imprescindível a locação de ônibus e micro-ônibus (incluindo motorista, combustível e seguro) para garantir o deslocamento seguro tanto no perímetro urbano quanto em regiões rurais e vicinais. Sob a ótica do interesse público, a medida é essencial para assegurar a continuidade das atividades sem interrupções operacionais, servindo como ferramenta de inclusão social e fortalecimento da identidade cultural e esportiva da região. Portanto, a formalização deste serviço configura providência necessária para o cumprimento das metas da administração pública, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento social e a qualidade de vida da comunidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Conforme descrito nas especificações técnicas no Apenso II deste Instrumento, o objeto da presente contratação visa a prestação de serviços por empresa especializada em locação de veículos.

A proposta prioriza veículos que atendem rigorosamente às normas de segurança e conforto, garantindo total compatibilidade técnica com as demandas de eventos culturais e esportivos. A viabilidade operacional é assegurada pela mobilização imediata e por um plano de manutenção robusto, focado na prevenção de falhas.

Além disso, a gestão torna-se mais eficiente e escalável sob a responsabilidade da contratada, permitindo ajustes ágeis conforme a demanda, sem sobrecarregar a administração municipal. Do ponto de vista econômico, o modelo proporciona previsibilidade orçamentária ao integrar custos como combustível e seguros, eliminando a necessidade de grandes investimentos em frota própria. Dessa forma, a estratégia otimiza a aplicação de recursos públicos e impulsiona o desenvolvimento social e turístico de Patos de Minas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'd', da Lei nº 14.133/2021)

4.1 A contratação deverá observar os requisitos relacionados nos subitens abaixo listados.



4.1.1 SUSTENTABILIDADE

APLICAM-SE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO NO CONTEXTO DO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA).

4.1.2 SUBCONTRATAÇÃO

NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.

4.1.3 CONSÓRCIO

SERÁ VEDADO. Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio”.

4.1.4 GARANTIAS

4.1.4.1 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 96-102 da Lei nº 14.133/2021)

NÃO SE APLICA.

4.1.4.2 GARANTIA DO SERVIÇO (Art. 40, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

NÃO SE APLICA.

4.1.5 VISTORIA (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021)

VISTORIA OBRIGATÓRIA.

- Para a assinatura do contrato o licitante deverá apresentar a vistoria mecânica do veículo efetuada por empresa credenciada ao INMETRO/DENATRAN, com validade de no máximo 12 (doze) meses consecutivos, contados da data de realização da vistoria;

*** Lista de documentos:**

- a) Cartão de inscrição C.N.P.J, atualizado;
- b) Declaração assinada pelo representante legal da empresa, constando a relação de veículos disponibilizados para a prestação de serviço durante a execução do contrato, que deverá conter os seguintes dados: descrição do veículo (marca, modelo, ano de fabricação, placa, capacidade do veículo;
- c) Declaração assinada pelo representante legal da empresa, constando a relação dos condutores devidamente habilitados e aptos ao cumprimento do contrato, Carteira Nacional de Habilitação (D ou E) e Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros válidos;



- d) Deverá apresentar, para todos os veículos, seguro com cobertura de danos físicos e materiais que ocorram aos passageiros e terceiros em consequência de acidente envolvendo o veículo locado, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o motorista, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;
- e) Apresentar Comprovação de Registro na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para viagens interestaduais e intermunicipais;
- f) Apresentar declaração emitida pelo Departamento de Estradas de Rodagens de Minas Gerais – DER/MG, onde conste que a empresa encontra-se devidamente cadastrada junto ao órgão e a inexistência de fato impeditivo ao funcionamento e prestação de serviços da empresa vencedora;
- g) Alvará de Licença para Localização e Funcionamento em vigor, expedido pelo órgão competente.
- h) Documento comprobatório de propriedade do veículo – Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) do ano 2023;
- i) Vistoria mecânica do veículo efetuada por empresa credenciada ao INMETRO/DENATRAN. Validade da vistoria mecânica não poderá ser superior a 12 (doze) meses consecutivos, contados da data de realização;
- j) Certificado de Cronotacógrafo válido.

Sobre a vistoria:

- * A vistoria nos veículos será executada pelo órgão competente, por agentes próprios ou por terceiros por ele designados e credenciados pelo INMETRO/DENATRAN;
- * Os equipamentos medidores, tais como tacógrafos e velocímetros, deverão ser aferidos e lacrados pelo INMETRO.
- * Na hipótese de ocorrência de acidentes que comprometam a segurança do veículo, o permissionário, depois de reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em tráfego, deverá submetê-lo à outra vistoria, como condição imprescindível para sua liberação.
- * Não será permitida a troca de veículo proposto na licitação até a assinatura do contrato, exceto em caso de furto, roubo, acidente ou destruição total, comprovado através de Boletim de Ocorrência.
- * Neste caso, o novo veículo também deverá atender às exigências desta licitação, comprovadas através de processo administrativo (documentação e vistoria).
- * Completada(s) a(s) vistoria(s) de cada licitante vencedora, a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte Mobilidade, solicitará a elaboração do CONTRATO com a respectiva licitante.
- * Caso a licitante almeje, após a assinatura do contrato, realizar a(s) troca(s) do(s) veículo(s), deverá solicitar à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e, posteriormente, realizar a vistoria do mesmo conforme determinado para os demais veículos.

A CONTRATADA deverá certificar-se que os condutores dos veículos que prestarão os serviços solicitados pela CONTRATANTE possuem:

- a) RG e CPF;
- b) Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria “D” ou “E” do condutor do veículo, com inscrição no verso no campo Observação: “CETCP” e/ou Certificado de Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros ;
- c) Atestado médico de sanidade física e mental;
- d) Certidão negativa criminal da justiça estadual, válida expedida pelo Fórum da Comarca da licitante;
- e) Certidão negativa criminal da justiça federal, válida, podendo ser emitida pelo site <http://www.jf.jus.br/cjf/servico/certidao-negativa>.

4.1.7 ALTERAÇÃO SUBJETIVA (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)



É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

4.1.8 PERCENTUAL MÍNIMO MÃO DE OBRA (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

Não será estabelecido o percentual, tendo em vista que no presente momento ainda não há regulamentação municipal nem federal com relação ao percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação constituído por mulheres vítimas de violência doméstica e egressos do sistema prisional.

4.1.9 ALOCAÇÃO DE RISCOS PREVISTOS E PRESUMÍVEIS (Art. 11 do Decreto nº 5.401/2023)

A responsabilidade pelos ônus financeiros decorrentes de situações futuras e incertas – riscos que possam ocorrer depois da apresentação da proposta na licitação – definindo a condição de equilíbrio econômico-financeiro do contrato será gerenciada pela contratante.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, 'e' Lei nº 14.133/2021)

5.1 REGIME DE EXECUÇÃO

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Justifica-se a adoção do regime de empreitada por preço unitário em razão da impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos efetivos de utilização dos veículos durante a vigência contratual, considerando o caráter eventual da demanda e a variação de destinos e distâncias a serem percorridas.

5.2 PRAZO PARA RETIRADA DO EMPENHO

5.2.1 O fornecedor deverá retirar a nota de empenho no prazo de cinco dias úteis, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

5.2.2 O fornecedor poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.

5.3 LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.3.1 Os serviços poderão ser executados:

I – No perímetro urbano do Município, correspondendo aos itens 61134 e 61136, sendo o pagamento realizado pelo valor definido por serviço executado, sem limite de quilometragem;

II – Em transportes intermunicipais ou deslocamentos aos povoados e distritos rurais do Município de Patos de Minas, correspondendo aos itens 61135 e 61138, sendo o pagamento calculado conforme a quilometragem efetivamente percorrida e o valor definido por quilômetro rodado;



III – O item 57573 será utilizado para pagamento de diária, quando o motorista necessitar permanecer à disposição no local do evento em viagens intermunicipais.

5.3.2 A execução do objeto ocorrerá no período de **abril de 2026 a abril de 2027**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, que será expedida pela Administração no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após a emissão da nota de empenho.

5.3.3 Os serviços serão prestados nas seguintes condições:

LOTE	MÊS	QTD. PREVISTO MENSAL
1	Junho/26	1
	Setembro/26	1
	Novembro/26	2
	Dezembro/26	1
	abril/27	1
2	Abril/26	3000
		6
	Maio/26	3000
		4
	Junho/26	2000
		2
	Julho/26	1500
		2
	Agosto/26	1500
		4
	Novembro/26	1000
	Dezembro/26	1000
	Abril/27	2000
		6
3	abril/26	2
	Maio/26	4
	Junho/26	1
	Julho/26	5



	Agosto/26	1
	Setembro/26	9
	Março/26	2
	Abril/27	2
4	Abril/26	500
	Junho/26	500
	Agosto/26	700
	Setembro	300
	Outubro/26	500
	Novembro/26	900
	Dezembro/26	300
	Fevereiro/27	350
	Março/27	300
	Abril/27	650

Os quantitativos acima representam mera estimativa de utilização mensal, podendo sofrer variações conforme a necessidade da Administração, não gerando à Contratada direito adquirido à execução da totalidade estimada.

5.3.4 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar:

- Veículos em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança;
- Motoristas devidamente habilitados e com documentação regular;
- Seguro obrigatório e demais coberturas exigidas;
- Combustível e todos os insumos necessários à execução do serviço;
- Substituição imediata do veículo em caso de falha mecânica ou indisponibilidade.

5.3.5 O prestador de serviço se obriga a executar o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.3.6 Todas as despesas relativas à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do futuro contrato correrão por conta exclusiva do prestador de serviço.

5.3.7 Os serviços serão prestados mediante requisições formais realizadas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, por meio de comunicação eletrônica (e-mail) encaminhada à Contratada, contendo as informações necessárias à execução do serviço, tais como data, horário, local de saída, destino, estimativa de quilometragem e tempo de permanência.

5.3.8 Após o recebimento da solicitação, a Contratada deverá confirmar o atendimento e disponibilizar o(s) veículo(s) no local, data e horário indicados, devidamente abastecido(s), com motorista habilitado e em perfeitas condições de uso.



5.3.9 Os serviços poderão ser solicitados para execução em quaisquer dias da semana, inclusive sábados, domingos, feriados e em horários noturnos, inclusive após as 00h00, conforme necessidade da Administração.

5.4 DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

SERÁ NECESSÁRIO DISPONIBILIZAR MATERIAIS DE CONSUMO E DE USO DURADOURO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, o fornecedor deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução do objeto, garantindo a adequada prestação do serviço durante toda a vigência contratual.

5.4.1.1 Veículos tipo ônibus e micro-ônibus, em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança:

- Combustível necessário à execução das viagens;
- Motorista devidamente habilitado;
- Seguro obrigatório (DPVAT ou equivalente vigente) e demais coberturas exigidas por lei;
- Equipamentos obrigatórios de segurança veicular (extintor, triângulo, cintos de segurança, macaco, chave de roda, entre outros exigidos pela legislação);
- Documentação regular do veículo e do condutor;
- Demais itens necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado.

5.5 PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

NÃO SERÃO NECESSÁRIOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO.

5.6 RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO (Art. 140, I, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

5.6.1.1 O recebimento provisório dos serviços será realizado mediante termo detalhado emitido pelo fiscal técnico, relativamente ao cumprimento dos prazos de execução e demais exigências de caráter técnico, devendo ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis.

5.6.1.1.1 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita do fornecedor com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

5.6.1.1.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá:

- a) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos;
- b) verificar o efetivo cumprimento, pela contratada, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- c) aferir o efetivo cumprimento, pela contratada, quando for o caso, das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas ao pagamento de parcelas rescisórias.



5.6.1.1.3 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.6.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de preços, devendo ser refeitos no prazo de *02 (dois) dias úteis*, a contar da intimação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.6.1.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

5.6.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO (Art. 140, I, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

5.6.2.1 Os serviços serão recebidos definitivamente, em até *02 (dois) dias úteis* dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato ou comissão designada pela Autoridade Competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências contratuais.

5.6.2.2 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.6.2.3 Caso necessário, o gestor do contrato notificará o fornecedor, para realização das substituições e/ou adequações cabíveis, conforme prazo indicado no item 5.6.1.2.

5.6.2.4 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela contratada, do pagamento de todas as obrigações, inclusive trabalhistas e previdenciárias, dos empregados envolvidos na prestação de serviço contratado.

5.6.3 DEMAIS REGRAMENTOS

5.6.3.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá(ão) apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

5.6.3.1.1 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao fornecedor, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

5.6.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

5.6.3.3 O MUNICÍPIO rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

5.6.3.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o fornecedor obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme prazo indicado no item 5.6.1.2, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade.

5.6.3.5 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MUNICÍPIO, todos os procedimentos cabíveis em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, do decreto municipal 5401/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 5.6.2.1.



5.6.3.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

5.6.3.7 O aceite ou aprovação do objeto pelo MUNICÍPIO não exclui a responsabilidade do fornecedor pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, 'f', da Lei nº 14.133/21)

6.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no decreto Municipal 5401/2023, o MUNICÍPIO designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do futuro contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o fornecedor sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.

6.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do futuro contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

6.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, sem prejuízos das sanções contratuais legais.

6.2.2 Transmitir ao fornecedor as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso.

6.2.3 Promover a verificação dos serviços já executados.

6.2.4 Esclarecer as dúvidas do fornecedor, solicitando ao setor competente do MUNICÍPIO, se necessário, parecer de especialistas.

6.2.5 Manter anotação em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do futuro contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.2.6 Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3 A fiscalização, pelo MUNICÍPIO, não desobriga o fornecedor de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.

6.3.1 A ausência de comunicação, por parte do MUNICÍPIO, sobre irregularidades ou falhas, não exime o fornecedor das responsabilidades determinadas no futuro contrato.

6.4 O MUNICÍPIO poderá recusar, sustar e/ou determinar o refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste instrumento, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.

6.4.1 Qualquer serviço considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pelo fornecedor, às suas expensas.

6.4.2 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do MUNICÍPIO.

6.5 Caberá ao gestor do contrato deliberar sobre a execução contratual, em especial:

6.5.1 Autorizar o início da execução do objeto contratual, deliberando sobre o momento do envio de documentos de formalização tais como documentos ou nota de empenho ordinária ao contratado.

6.5.2 Coordenar as atividades realizadas pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, elaborando, sempre que necessário, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento à finalidade da Administrativa;

6.5.3 Receber dúvidas ou questionamentos de matérias sob sua competência, feitos pelo fornecedor e/ou pela fiscalização, manifestando-se e dando o devido encaminhamento;

6.5.4 Deliberar sobre prorrogações de prazos de entre ou execução;

6.5.5 Deliberar sobre o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante emissão de termo detalhado, quando não for designada comissão específica para tal fim;



6.5.6 Adotar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.6 Para fins de fiscalização e gestão o MUNICÍPIO poderá solicitar ao fornecedor, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do futuro contrato;

6.7 A gestão e a fiscalização contratual observarão, ainda, as normas e regulamentos internos do Município que venham a ser publicados para disciplina da matéria.

6.8 Para esta contratação a gestão será exercida pela Gerência Administrativa da SECTEL, Helaine Cristina Gonçalves Reis, pela Agente de Administração, Vitória Luísa de Oliveira Borges e Juliana Silva Caixeta e a fiscalização será exercida pelo Diretor de Esportes Wanderlei Rodrigues Resende e pelo Diretor de Igualdade Racial, Memória e Patrimônio Cultural, Rodrigo Magela de Castro Borges.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'g' da Lei nº 14.133/2021)

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do serviço, observando critérios de qualidade, quantidade, prazo, conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer ao fornecedor a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.2 O pagamento ao fornecedor será condicionado à execução satisfatória e aceitação dos serviços conforme critérios estabelecidos neste instrumento.

7.2 FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

7.2.1 O pagamento será realizado de forma sob demanda, conforme a execução dos serviços solicitados e devidamente atestados pelo requisitante.

7.2.1.1 Os pagamentos serão efetuados por serviço efetivamente executado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal. O valor de cada pagamento corresponderá ao total do serviço prestado, seguindo rigorosamente os preços unitários estabelecidos na proposta da contratada.

7.2.2 O pagamento será processado mediante apresentação, pelo fornecedor, de Nota Fiscal relativa à execução do serviço e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade do fornecedor, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo MUNICÍPIO;

7.2.2.1 O faturamento deverá estar acompanhado, ademais, do(s) seguinte(s) documento(s): Relatório de Execução de Serviços devidamente atestado pelo fiscal do contrato, contendo obrigatoriamente: o itinerário percorrido, a quilometragem (inicial e final), o número da Ordem de Serviço correspondente e o quantitativo de diárias utilizadas.

7.2.3 Os pagamentos serão processados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis], a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 7.2.2, desde que não haja pendência a ser regularizada;

7.2.3.1 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº 14.133/21;

7.2.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

7.2.3.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

7.2.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto contratado.

7.2.5 O MUNICÍPIO realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo



com a legislação vigente;

7.2.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pelo fornecedor.

7.2.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos itens 7.2.3 e 7.2.3.1.

7.2.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MUNICÍPIO, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO.

7.2.8 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.3 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.3.1 A concessão de reajustamento ocorrerá após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração, mediante aplicação do índice IPC – Tabela Fipe, categoria - Transporte, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade relativo ao período decorrido entre a referida data e a data da efetiva concessão do reajuste.

7.3.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.1.2 Os valores reajustados incidirão sobre as parcelas executadas após o prazo de que cuida o item 7.3.1.

7.3.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.3.2 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento do fornecedor quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.

7.3.3 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do futuro contrato, nas hipóteses do art. 124, II, “d”, ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.3.4 Na hipótese de contratos de serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão;

7.3.4.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.3.3.

7.3.5 O MUNICÍPIO, no prazo máximo de 01 (um) mês, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pelo fornecedor (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei nº 14.133, de 2021);

7.3.6 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do MUNICÍPIO deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.3.7 As alterações de preços obedecerão às seguintes regras:

I - O preço registrado no contrato não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente contratado, caso haja pedido do fornecedor e devendo obedecer ao que se segue:



- a) Ao deferir o pedido a que dispõe o inciso II, deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;
- b) O Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo fornecedor como máximo que pode ser alcançado nesta revisão;
- c) O Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo fornecedor;
- d) O indeferimento do pedido de revisão a que dispõe o inciso II, não desobriga o fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

§ 1º A exceção à regra prevista no inciso II, alínea "a", deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

§ 2º O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superior ao contratado.

§ 3º O preço contratado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

III - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do bem, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços dos bens, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

IV - O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

V- Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

VI - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo)

A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

8.1.2 Para apresentação da proposta poderá ser utilizado o modelo anexo ao instrumento convocatório. A proposta deverá conter os dados mínimos exigidos, como: Para apresentação da proposta poderá ser utilizado o modelo anexo ao instrumento convocatório. A proposta deverá conter os dados mínimos exigidos, como: valor unitário por quilômetro rodado, serviço e/ou valor da diária (conforme o caso), e o valor total global do item. Somente serão admitidas propostas expressas em 02 (duas) casas decimais, cujos valores unitários não excedam os preços máximos fixados pela Administração neste Termo de Referência.



8.1.2.1 A licitante deve indicar sua norma coletiva.

8.1.3 As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte:

PODERÃO se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

OBS: A atividade de locação de veículos com motorista, prestada de forma eventual e sem dedicação exclusiva de mão de obra, não se enquadra nas vedações do art. 17 da LC 123/2006, permitindo a manutenção das empresas no regime do Simples Nacional.

8.1.4 Informações relevantes para a elaboração da proposta

8.1.4.1 O licitante deverá observar, além da legislação trabalhista, as normas coletivas que abrangem o local da prestação dos serviços e que estejam vigentes na data designada para início da sessão pública;

8.1.4.1.1 Caso não haja norma coletiva vigente que abranja a localidade da prestação do serviço, o licitante deverá observar os parâmetros da legislação trabalhista.

8.1.4.1.2 O licitante deverá indicar a norma coletiva aplicável às relações de trabalho mantidas com seus empregados que prestarão os serviços relativos ao contrato, a qual deverá estar em conformidade com a sua atividade preponderante, salvo no caso de categorias diferenciadas.

8.1.4.1.3 Inexistindo norma coletiva vigente na época da elaboração da proposta, o licitante deverá indicar a entidade sindical que o representa em conformidade com a sua atividade preponderante.

8.1.4.1.4 Na hipótese de que tratam os subitens 8.1.4.1.2 e 8.1.4.1.3, a Administração poderá solicitar à licitante elementos que respaldem a informação fornecida.

8.1.4.1.5 Ao longo da execução contratual, será exigido da contratada o cumprimento do acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho aplicável às relações de trabalho mantidas com seus empregados que prestarão os serviços relativos ao contrato.

8.1.4.1.6 O licitante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da contratada, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 14.133/2021).

8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei nº 14.133/2021)

8.2.1.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

8.2.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei nº 14.133/21)

8.2.2.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.** Para qualificação econômico-financeira é necessário a apresentação de:

* Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no caso de Pessoa Jurídica.

* Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC)



superiores a 1 (um) e Endividamento Geral (EG) inferior a 0,90 (zero vírgula noventa), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC/PC$, onde $ILC \geq 1,0$, onde

ILC = Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Índice de Liquidez Geral: $ILG = (AC + RLP)/(PC + Ex.LP)$, onde $ILG \geq 1,0$, onde

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Índice de Endividamento Geral: $IEG = (PC + Ex.LP)/AT$, onde $IEG \leq 0,90$, onde

IEG = Índice de Endividamento Geral

PC = Passivo Circulante

Ex.LP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

8.2.2.1.1 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

8.2.2.2 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez, ou superior a 0,90 no índice de Endividamento Geral, será exigido para fins de habilitação o comprovante de Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.2.2.2.1 A exigência de 10% de Patrimônio Líquido justifica-se pela necessidade de assegurar que a contratada possua solidez financeira para arcar com os custos imediatos de combustível, manutenção e seguros, garantindo a continuidade do serviço de transporte antes do primeiro faturamento.

8.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, conforme critério(s) a seguir elencado(s):

- Declaração de pleno conhecimento do objeto para perfeito conhecimento do objeto licitado, inclusive quanto às características das vias urbanas, vicinais e rurais, pavimentadas ou não, onde os serviços serão prestados, não se admitindo reclamações futuras advindas de dificuldades técnicas ou operacionais, assinada pelo representante legal da empresa.
- O licitante deve apresentar comprovação de aptidão para a execução dos serviços, por meio da apresentação de **CERTIDÕES** ou **ATESTADOS**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por documentos regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.3 DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE (ART. 17, § 3º da Lei nº 14.133/2021)

NÃO SE APLICA.

8.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS



8.4.1 Na hipótese de a contratação possuir um ou mais itens com valor estimado em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

NÃO SERÁ concedida exclusividade de participação para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas. A exclusão da exclusividade de participação se fundamenta em:

8.4.2 Caso a contratação inclua um ou mais itens com valor estimado em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não será concedida exclusividade de participação para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas.

8.4.3 **O lote 2** será destinado à ampla concorrência e os demais lotes serão destinados à participação exclusiva de ME/EPP. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.4.4 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

8.4.5 Será dada prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando estas forem homologadas a licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender às quantidades ou às condições do pedido, conforme decisão da Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto Municipal nº 4.281, de 2017.

8.4.6 **Justificativa para Ampla Concorrência e agrupamento de Itens:** A destinação do item 61135 para AMPLA CONCORRÊNCIA, sem reserva de cotas para ME/EPP, e seu agrupamento ao item 57573, justificam-se pelo fato de os serviços e insumos serem intrinsecamente correlatos, demandando execução por uma única empresa para garantir a padronização da qualidade e evitar soluções heterogêneas que comprometeriam a eficiência da contratação. Além disso, a gestão de múltiplos fornecedores para atividades interdependentes sobrecarregaria a fiscalização contratual, sendo o agrupamento essencial para evitar ingerências operacionais e assegurar uma linha única de responsabilidade. Sob o aspecto logístico, a unificação é necessária devido à previsão de pagamento de diárias para motoristas em deslocamentos intermunicipais, o que otimiza a gestão de pessoal e mantém a economia de escala, evitando custos operacionais e burocráticos desnecessários. Portanto, a opção pelo grupo único atende aos critérios técnicos da solução e mantém a competitividade, configurando-se como a estratégia mais vantajosa para a Administração Pública.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1.1 O MUNICÍPIO se obriga a:

9.1.1.1 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.1.3 Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja refeito, reparado ou corrigido;



9.1.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.1.5 Efetuar o pagamento ao fornecedor no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.1.6 Rejeitar os serviços executados fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões de qualidade, dando ciência dos motivos da recusa ao fornecedor, que assumirá todas as despesas daí decorrentes.

9.1.1.7 Notificar previamente ao fornecedor, quando da aplicação de penalidades;

9.1.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pelo fornecedor, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.1.9 Emitir Ordem de Serviço para instruir a execução dos serviços;

9.1.1.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência e seus anexos.

9.1.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:

9.1.1.10.1 A administração responderá ao contratado dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento.

9.2 OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.2.1 O fornecedor se obriga a:

9.2.1.1 O fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal com todas as discriminações inerentes ao objeto, bem como as certidões de regularidade cabíveis;

9.2.1.3 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MUNICÍPIO no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do fato, ou da ordem expressa e escrita do MUNICÍPIO;

9.2.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do futuro contrato em que se verifiquem má qualidade, vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais ou equipamentos inadequados, se for o caso, ou não correspondente(s) ao(s) material(is);

9.2.1.5 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



9.2.1.6 Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.7 Promover a destinação final ambientalmente adequada dos materiais eventualmente empregados na prestação dos serviços, sempre que a legislação assim o exigir;

9.2.1.8 Prestar ao MUNICÍPIO, sempre que necessário, esclarecimentos, fornecendo toda e qualquer orientação necessária.

9.2.1.9 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos, Alvarás, licenciamentos, autorizações e materiais necessários à execução do objeto deste Termo de Referência;

9.2.1.10 Assegurar que o objeto deste Termo de Referência não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.2.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MUNICÍPIO;

9.2.1.12 A eventual retenção de tributos pelo MUNICÍPIO não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

9.2.1.13 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, competindo ao fornecedor, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MUNICÍPIO, a necessidade de seu destaque, se cabível, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

9.2.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios, ainda que ocultos, e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MUNICÍPIO, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.15 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo MUNICÍPIO, de refazimento dos serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MUNICÍPIO;

9.2.1.15.1 Comunicar ao MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa à execução;

9.2.1.16 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

9.2.1.17 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MUNICÍPIO, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

9.2.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

9.2.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);



9.2.1.20 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.2.1.21 Compete ao fornecedor, ainda:

- Disponibilizar motorista habilitado;
- O motorista, juntamente ao veículo, deverá ficar à disposição da CONTRATANTE na localidade onde estiver sendo realizado o evento;
- A empresa deverá assegurar socorro imediato e ter reserva dos veículos para substituição nos casos de avaria ou sinistros, defeitos, entre outros;
- Fornecer condições de atendimento que possibilitem a locação dos veículos, a partir da data de retirada do contrato/instrumento equivalente;

5.20. As despesas geradas com hora extra, adicional noturno dos motoristas, deverão obedecer aos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho e as legislações vigentes, sendo responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Arts. 155 a 162 da Lei 14.133/2021)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI nº 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- j. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- k. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- l. Der causa à inexecução total do contrato.

10.2. O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI Nº 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

- a. Advertência.
- b. Multa moratória ou compensatória.
- c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.



- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 10.6. A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.
- a. Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - b. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.
- 10.7. Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 10.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021)

- 11.1 O custo estimado total da contratação se encontra na **TABELA DE ITENS A LICITAR** disposta no Instrumento Convocatório.
- 11.2 As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, bem assim a indicação dos parâmetros utilizados, constam como anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, 'j' da Lei 14.133/2021)

- 12.1 As despesas decorrentes da contratação proposta correrão à conta de recursos específicos indicados em formulário(s) de informações orçamentárias anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

- Dot. Reduzida: 2.422 – Gestão da Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural. Fonte: 01-0500-0000-0004.
- Dot. Reduzida: 2.988 – Desenvolvimento da Política de Promoção da Igualdade Racial. Fonte: 01-0500-0000-0000



- Dot. Reduzida: 2.363 – Produção e Promoção Esportiva e Lazer. Fonte: 01-0500-0000-0000.

- Dot. Reduzida: 66 – Gestão da Política Municipal. Fonte: 01-0500-0000-0000.

13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo Diretor de Esportes Wanderlei Rodrigues Resende e pelo Diretor de Igualdade Racial, Memória e Patrimônio Cultural, Rodrigo Magela de Castro Borges, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Patos de Minas, 09 de março de 2026

Wanderlei Rodrigues Resende

Diretor de Esportes

Rodrigo Magela de Castro Borges

Diretor de Igualdade Racial, Memória e Patrimônio Cultural



APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR

ITEM/L OTE	CÓDIGO ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENT O	QUANTITATIVO TOTAL	ME/EPP OU AMPLA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	61134	Locação de microônibus com capacidade mínima de 21 lugares. Motoristas devidamente habilitados. descrição: veículo com TV, DVD, CD, ar condicionado, seguro de passageiros e terceiros, registrado no D.E.R e ANTT para viagens; veículos com no máximo 20 anos de uso. Preço calculado por viagem executada dentro do perímetro urbano do Município, sem limites de quilometragem.	SV	6	ME/EPP	R\$ 979,00	R\$ 5.874,00
2	61135	Locação de ônibus executivo, com capacidade mínima de 46 passageiros. Motoristas devidamente habilitados. Descrição: Veículo com ar-condicionado, WC, seguro de passageiros e terceiros, registrado no D.E.R. e ANTT para viagens. Veículo com no máximo 20 anos de fabricação. Preço calculado por km rodado.	SV	15000	AMPLA*	R\$ 11,94	R\$ 179.100,00
	57573	DIÁRIA – Veículo tipo ônibus.	SV	24		R\$ 597,50	R\$ 14.340,00
3	61136	Locação de ônibus executivo com capacidade mínima de 46 lugares. Motoristas devidamente habilitados. Descrição: Veículo com TV, DVD, CD, ar condicionado, WC, seguro de passageiros e terceiros, registrado no DER e ANTT para viagens. Veículos com no máximo 20 anos de uso. Preço calculado por viagem executado dentro do perímetro urbano do município, sem limites de quilometragem.	SV	26	ME/EPP	R\$ 1.357,00	R\$ 35.282,00
4	61138	Locação de microônibus com capacidade mínima de 21 lugares. Motoristas devidamente habilitados. Descrição: Veículo com ar-condicionado, seguro de passageiros e terceiros, registrado no DER e ANTT para viagens. Veículos com no máximo 20 anos de uso. Preço calculado por km rodado.	SV	5000	ME/EPP	R\$ 8,15	R\$ 40.750,00
TOTAL							R\$ 275.346,00

Custo estimado para a contratação é de R\$ 275.346,00 (duzentos e setenta e cinco mil e trezentos e quarenta e seis reais).

DATA DO ORÇAMENTO: 03/02/2026



APENSO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

• 1. Especificações dos Veículos

➤ **Tipos de Veículos:** Ônibus executivo (mínimo de 46 lugares) e micro-ônibus (mínimo de 21 lugares).

➤ **Idade da Frota:** Os veículos devem ter no máximo 20 anos de fabricação ou uso.

➤ **Itens de Conforto e Segurança:**

- Ar-condicionado obrigatório para todos os veículos.
- Equipamentos como TV, DVD e CD para ônibus e micro-ônibus de uso urbano.
- Sanitário (WC) obrigatório para ônibus executivos.
- Equipamentos de segurança obrigatórios: extintor, triângulo, cintos de segurança, macaco e chave de roda.
- Tacógrafos e velocímetros aferidos e lacrados pelo INMETRO.

➤ **Registros e Vistorias:**

- Registro regular no D.E.R e ANTT para todos os veículos.
- Certificado de Cronotacógrafo válido.
- Vistoria mecânica realizada por empresa credenciada ao INMETRO/DENATRAN, com validade máxima de 12 meses.

2. Requisitos dos Condutores (Motoristas)

➤ **Habilitação:** Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "D" ou "E".

➤ **Qualificação Específica:** Possuir o Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros (CETCP) registrado na CNH.

➤ **Documentação Adicional:**

- Atestado médico de sanidade física e mental.
- Certidões negativas criminais das justiças estadual e federal.

3. Obrigações e Condições de Execução

➤ **Insumos:** A contratada é responsável pelo fornecimento de combustível, seguro e todas as despesas necessárias para a circulação.

➤ **Seguros:** Seguro com cobertura de danos físicos e materiais para passageiros e terceiros (APP/DPVAT ou equivalente).

➤ **Substituição:** Em caso de falha mecânica ou indisponibilidade, o veículo deve ser substituído imediatamente.

➤ **Disponibilidade:** Os serviços podem ser requisitados para qualquer dia da semana (incluindo sábados, domingos e feriados) e em qualquer horário, inclusive noturno.



- ✚ **Manutenção:** Plano de manutenção robusto focado na prevenção de falhas para garantir a segurança dos usuários.

4. Critérios de Execução por Itens

- ✚ **Perímetro Urbano:** Pagamento por viagem executada, sem limite de quilometragem (itens 61134 e 61136).
- ✚ **Intermunicipal/Rural:** Pagamento por quilometragem efetivamente percorrida (itens 61135 e 61138).
- ✚ **Diárias:** Aplicável quando o motorista precisar permanecer à disposição no local do evento em viagens intermunicipais (item 57573).



APENSO III

DECLARAÇÕES

A Empresa, portadora do CNPJ n.º..... participante do **PREGÃO** cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, ESPECIFICAMENTE ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, EM CARÁTER EVENTUAL, ACOMPANHADOS DE MOTORISTA, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, SEGURO E DEMAIS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA CIRCULAR EM ÂMBITO MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, VICINAL E RURAL, EM VIAS PAVIMENTADAS OU NÃO, A SEREM UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DA SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, DECLARA:**

Que temos pleno conhecimento das condições de execução do objeto, inclusive quanto às **características físicas das vias urbanas, vicinais e rurais, pavimentadas ou não**, onde os serviços serão prestados. Declaramos que foram analisadas as especificidades dos trajetos e as dificuldades técnicas e operacionais da região, não sendo admitida qualquer reclamação posterior ou pedido de reequilíbrio sob alegação de desconhecimento de tais detalhes.

- Que possuímos pessoal técnico capacitado e em quantidade suficiente para a execução do objeto, comprometendo-nos a disponibilizar, no momento da prestação do serviço, **motoristas devidamente habilitados (Categoria D ou E)**, com a observação de **Exercício de Atividade Remunerada (EAR)** e curso especializado de **Transporte Coletivo de Passageiros**, conforme exigido pela legislação de trânsito vigente e pelo Termo de Referência.
- Que a frota a ser utilizada atenderá rigorosamente aos requisitos de segurança e conforto previstos, incluindo **registro no D.E.R. e ANTT**, seguro de passageiros (APP), ar-condicionado e demais acessórios, respeitando o limite máximo de **20 anos de fabricação**.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, assino a presente declaração.

(LOCAL E DATA)

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO, SE INEXISTENTE NO PAPEL IMPRESSO)



APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser contratado, APROVO o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.

Patos de Minas, 09 de março de 2026

Paulo Henrique Moreira

Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

TR Transporte 2026 pdf

Código do documento a57ff690-db05-4795-a08d-231df90df482



Assinaturas



Wanderlei Rodrigues Resende
wanderleir@unipam.edu.br
Assinou

Wanderlei Rodrigues Resende



Rodrigo Magela de Castro Borges
rodrigoborges@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Rodrigo Magela de Castro Borges



Paulo Henrique Rodrigues Moreira
ph.moreira@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

Paulo Henrique Rodrigues Moreira

Eventos do documento

13 Mar 2026, 15:28:58

Documento a57ff690-db05-4795-a08d-231df90df482 **criado** por SECRETARIA DE CULTURA (669eb216-4c04-4b2f-b9c4-c21c5b3a1a2d). Email: secretariadecultura@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-13T15:28:58-03:00

13 Mar 2026, 15:29:42

Assinaturas **iniciadas** por SECRETARIA DE CULTURA (669eb216-4c04-4b2f-b9c4-c21c5b3a1a2d). Email: secretariadecultura@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-03-13T15:29:42-03:00

13 Mar 2026, 15:31:16

PAULO HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA **Aprovou** (d8b93786-ba2c-40f3-96ca-5faaa2ce4d76) - Email: ph.moreira@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.86 (138-0-64-86-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 48358) - Documento de identificação informado: 931.458.456-91 - DATE_ATOM: 2026-03-13T15:31:16-03:00

13 Mar 2026, 15:34:35

WANDERLEI RODRIGUES RESENDE **Assinou** (f2b32d0a-18ae-45db-8eff-7776187286db) - Email: wanderleir@unipam.edu.br - IP: 179.84.138.232 (179-84-138-232.user.vivozap.com.br porta: 63420) - Documento de identificação informado: 580.948.146-91 - DATE_ATOM: 2026-03-13T15:34:35-03:00

13 Mar 2026, 16:16:15

RODRIGO MAGELA DE CASTRO BORGES **Assinou** (11097d25-ea7e-4a08-98a6-744f30d999a6) - Email: rodrigoborges@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 191.38.234.25 (191.38.234.25 porta: 38442) - Documento de identificação informado: 003.021.356-85 - DATE_ATOM: 2026-03-13T16:16:15-03:00

Hash do documento original

(SHA256):03217772cb9e5cba7cf20b54843eec0c658a6cbcd4a4152a83c850f95a88e29b

(SHA512):7f0f1b4d9966b9b04c1aa1962603751ce028fb1121094814fbaae4966f5fc672fe3d28699b975c53c3901324acb044303062b5d2bc9708fdbdc1f52087fee100

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
